

Verticalidades e Horizontalidades na Relação Sociedade e Natureza, Produzindo Espaço em Massarandupió, Litoral Norte da Bahia

Maria de Lourdes Costa Souza¹
Guiomar Inez Germani²
Elizabeth Regina Loiola da Cruz Souza³

RESUMO

Este artigo analisa a produção do espaço na porção costeira do Litoral Norte da Bahia, materializada na complexidade do processo de ocupação da localidade de Massarandupió e seu entorno, observando os diversos interesses que convivem e se conflitam dando forma e função a esse espaço, em diferentes períodos, nas últimas quatro décadas, e em múltiplas escalas. A pesquisa se desenvolve, na perspectiva da geografia como ciência social e crítica, por meio da análise bibliográfica sobre o tema, bem como da observação direta em campo, que conta com realização de entrevistas, de oficinas de trabalho e da aplicação de formulários entre os moradores. A questão central estudada requer tomar em consideração a complexidade das condições objetivas e subjetivas e o caráter dialético na organização dos diversos elementos do espaço, este entendido como resultado da inter-relação sociedade natureza através do processo produtivo; contém história de processos anteriores e dinâmicas internas (horizontalidades) e externas (verticalidades), que se processam de forma desigual e contraditória. Nesse processo, “velhos” e “novos” interesses se relacionam de maneira conflituosa ou, mais raramente, de maneira complementar. O meio de vida da população antiga e a natureza se transformam e o espaço se (re)produz.

Palavras Chave: Produção do Espaço. Interesses. Litoral. Verticalidades/ Horizontalidades. Conflitos.

1 MASSARANDUPIÓ E SEU ENTORNO

Massarandupió localiza-se na faixa costeira do Município de Entre Rios, Bahia/Brasil, na Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte da Bahia, próximo à rodovia BA-099 / Linha Verde (Figura 1).

Trata-se de localidade rústica quanto aos aspectos de paisagem, situada em uma área ecologicamente frágil pela presença de importantes sistemas associados à Mata Atlântica, e socialmente vulnerável pela inexistência de

¹ Mestra em Geografia (Posgeo/IGEO/UFBA), pesquisadora do Grupo de Pesquisa GeografAR - A Geografia dos Assentamentos Rurais (UFBA/CNPq). Funcionária pública do Governo do Estado da Bahia - Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR). Salvador/BA, Brasil.

² Doutora em Geografia (*Universidad de Barcelona*, U.B., Espanha). Coordenadora do Grupo de Pesquisa GeografAR, professora do Posgeo/IGEO/UFBA. Salvador/BA, Brasil.

³ Doutora em Administração Pública, professora da Faculdade de Administração (UFBA), pesquisadora do CNPq. Salvador/BA, Brasil.

estruturas sociais fortalecidas e competitivas diante dos novos processos econômicos que se implantam na região, após a inauguração da BA-099, na década de 1970 e intensificados com a construção do segundo trecho desta rodovia, “Linha Verde”.

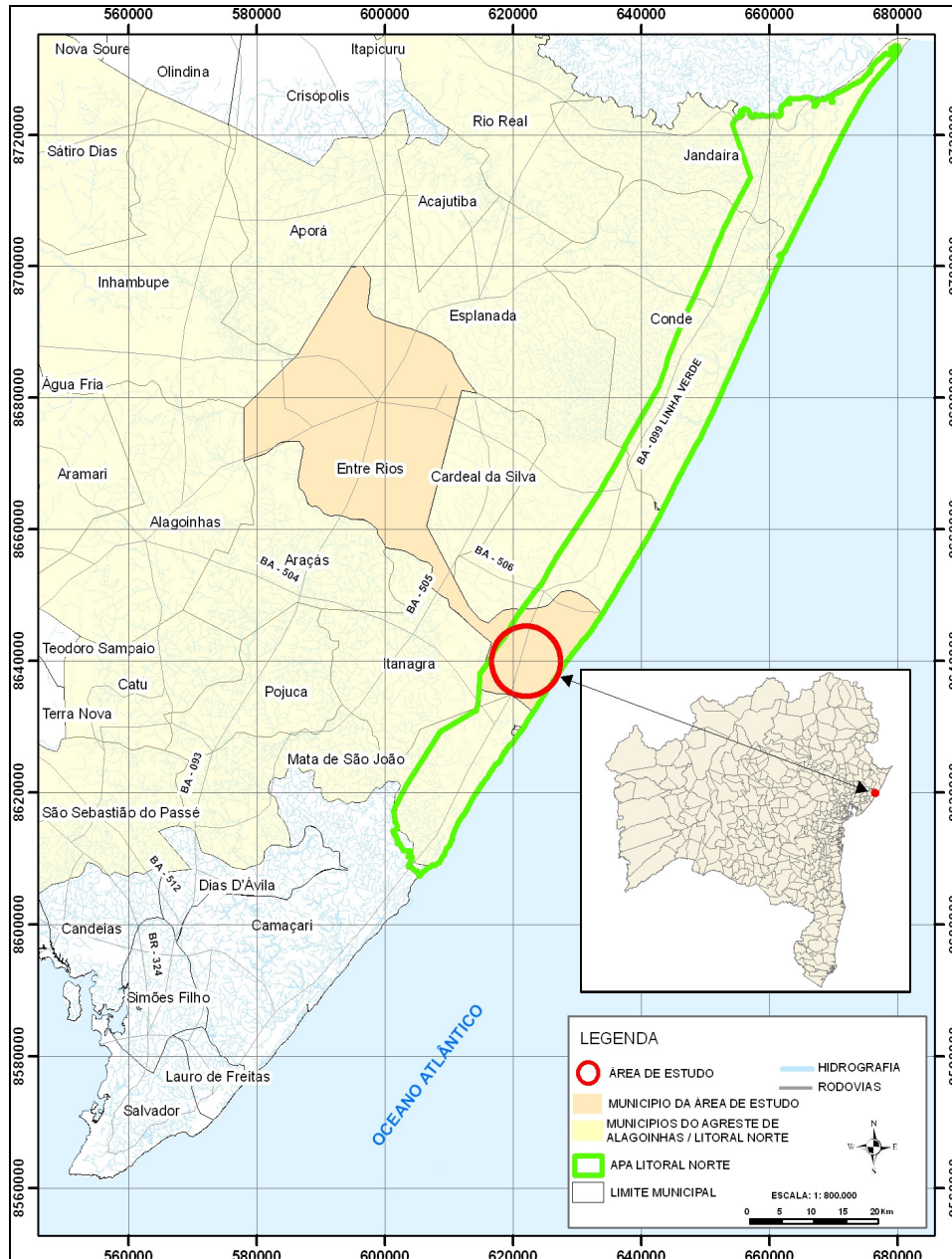


Figura 1 - Mapa de Situação da área de estudo

Fonte: IBGE 2005. Elaboração: Iran Sacramento

A comunidade é formada por, aproximadamente, 565 habitantes, sendo 125 o número de famílias segundo a última contagem realizada pelo Agente Comunitário de Saúde e pela Associação dos Moradores e Amigos de Massarandupió (AMAM), (Pesquisa de campo, 2009).

O meio de vida dos moradores, ainda hoje, está baseado na agricultura familiar, pesca, cultivo do coco e artesanato, ampliando-se nas últimas décadas para o pequeno comércio inclusive em barracas de praia e empregos na pecuária em propriedades particulares, nas fazendas reflorestadas e na construção civil. Relatório da AMAM descreve serem “[...] habitantes com hábitos e costumes dos antepassados. Nosso povoado é muito carente, os nativos vivem da lavoura de subsistência, mandioca, aipim e pesca artesanal, as mulheres fazem o artesanato de palha.” (AMAM, s/ data).

O entorno de Massarandupió é considerado predominantemente “natural”, composto por diversos ecossistemas bem conservados. O cordão duna é o segundo maior do Brasil em extensão (Figura 2) e, nesta área específica, possui caráter de preservação rigorosa por ser bolsão de desova de tartarugas marinhas (BAHIA, 1995). Apresenta glebas com alterações significativas, a exemplo das áreas reflorestadas e área desmatada pela terraplenagem ocorrida para a implantação da fábrica da NORCEL. (Figura 3).

Espaço “natural” é compreendido, não como natureza intocada a ser preservada (MORAES, 1994; SMITH, 1988), e sim como parte integrante do espaço, portanto produto social, corroborando com a idéia de que “tudo que existe na terra é atualmente influenciado pela atividade humana.” (LIPIETZ, 1995, *apud* LIMONAD, 2004, p.2). Pode-se afirmar que “[...] os discursos sobre a natureza, [...] apesar de serem proposições ecológicas não deixam de ter um caráter social, político e geográfico – na medida em que conjugam interesses geograficamente localizados” (LIMONAD, 2004, p. 6).



Figura 2 - Sistema de Dunas e Restingas
Fonte: fotógrafo José Carlos Almeida, 2003



Figura 3 - Área da fábrica da Norcel
Fonte: fotógrafo José Carlos Almeida, 2003

Valorizado pelo capital, na medida em que é apropriada por diferentes grupos econômicos desde o período colonial, a área em questão mantém-se

sem conflito aparente com a sua conservação “natural” e com a comunidade local até a década de 1970. A partir daí, diversos conflitos de interesses se manifestam entre grupos sociais externos que se apropriam das áreas mais cobiçadas, próximas ao mar, e grupos sociais internos que usam a terra para seu sustento e reprodução e são deslocados por novas funções e por ações regulatórias promovidas pelo Estado. Nessa união vertical, os vetores de modernização “[...] trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício” (SANTOS, 1996, p.228).

No entanto, como nem tudo é conforme, a resistência é crescente por parte dos interesses das estruturas internas (moradores antigos e suas organizações), que defendem a permanência de algumas funções praticadas historicamente, como direito.

[...] os lugares se podem também reforçar horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente construídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo (SANTOS, 1996, p.228).

O processo de inter-relações dessas estruturas dão forma e conteúdo ao espaço geográfico que se (re)produz. São esses interesses e suas relações que se analisa neste artigo.

2 VERTICALIDADES VERIFICADAS, NA VISÃO DOS MORADORES

São investigadas as diversas atividades ocasionadas principalmente por estruturas comandadas por interesses externos à área (verticalidades) que marcam o processo de transformações e, se relacionando com os interesses internos (horizontalidades), terminam por conferir novas funções, quase sempre desestruturando as anteriores, gerando, conseqüentemente, novas formas em substituição às antigas, que se manifestam na paisagem através das “rugosidades” (SANTOS, 1978) materiais e imateriais que representam a resistência. “Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício [...]” (SANTOS, 1996, p.228).

A aplicação de 33 formulários (26% do total de domicílios) obedece a uma amostragem por conveniência, sendo inquirido um morador por domicílio, não necessariamente o chefe da família, mas aquele presente no momento da visita do pesquisador. Deste total, 20 (60%) são mulheres e 13 (40%) são

homens. A maior parte (67%) é de adultos, entre 30 e 60 anos, sendo 18% de jovens, com menos de 30 anos, e 15% de idosos, com mais de 60 anos. Esses dois últimos grupos participaram das Oficinas específicas. Os pesquisados têm baixa escolaridade, 48% deles não completaram o primeiro grau ou ensino fundamental e destes 18% são analfabetos funcionais.

A população pesquisada é autóctone, sendo 78%, nascidos em Massarandupió e entorno, e somado aos que nasceram em outras localidades do Litoral Norte corresponde a 94% do total. Apenas 8% vêm de outras regiões baianas e nenhum veio de fora do Estado. Quanto aos meios de vida verifica-se que a maior parte pratica a pluriatividade, tal qual se observa nas demais povoações da área costeira do Litoral Norte. Muitos exercem atividades extrativistas, para produção própria de subsistência (roça, pesca) ou para comercialização (frutas, artesanato). Alguns trabalham para terceiros (diaristas de fazendas), outros em pequeno comércio e outros são empregados em instituições de ensino e funcionário público.

A maior parte dos moradores pesquisados participa das organizações sociais comunitárias locais sendo 43% associados apenas à AMAM, 15% à Associação das Artesãs de Massarandupió (ADAM) e 9% a ambas. A Comunidade se faz representar em Órgãos Colegiados que envolvem outros interessados, como o Conselho Gestor da APA, Comissão do Território de Identidade, Coletivo Linha Verde e Conselhos Municipais.

Quando inquiridos sobre as atividades externas que contribuíram para a transformação da área no período estudado, os pesquisados respondem se essas provocaram mudanças positivas, negativas ou se foram indiferentes para a natureza e a vida das pessoas. Os resultados (ver Tabela 1), juntamente com os depoimentos entrevistados, permitem uma aproximação da visão dos moradores sobre as verticalidades e seus efeitos na produção do espaço.

Na década de 1970, a principal atividade externa que se implanta no Litoral Norte é a imobiliária, sendo aprovados diversos loteamentos ao longo de toda a costa. No litoral de Entre Rios esse processo foi ainda mais intenso. Na área específica deste estudo, a empresa Barreto de Araújo Empreendimentos Imobiliários passa a ter o título de toda a faixa litorânea e, embora não implante qualquer atividade produtiva, provoca o deslocamento da localidade de Entrada o que gera uma insatisfação generalizada por parte dos moradores, como se

verifica na reposta dos pesquisados. Analisando-se a Tabela 1, observa-se que nenhum morador pesquisado considera positivas as mudanças ocorridas com a “chegada da Barreto” e 79% considera negativas. Seguem depoimentos.

- a Barreto tirou todo mundo do Arraiá que era uma beleza;
- só pagaram os coqueiros, não pela terra que era muito mais;
- comunidade ameaçada, expulsa, forçada a vender a terra;
- tirou o sossego da gente, se fosse hoje a gente não saía;
- queria tá morando lá até hoje, é o lugar onde eu nasci.

Tabela 1 - Opinião dos moradores pesquisados sobre as verticalidades, desde 1970

| Posição | Barreto | | Reflorest | | Fábrica | | BA-099 | | APA | |
|--------------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Negativo | 26 | 79 | 22 | 67 | 17 | 51 | 00 | 0 | 00 | 0 |
| Positivo | 00 | 0 | 00 | 0 | 01 | 3 | 32* | 97 | 12 | 36 |
| Indiferente | 02 | 6 | 08 | 21 | 11 | 33 | 00 | 0 | 04 | 12 |
| NS/NR | 05 | 15 | 03 | 12 | 04 | 12 | 01 | 3 | 17 | 51 |
| Total | 33 | 100 | 33 | 100 | 33 | 100 | 33 | 100 | 33 | 100 |

Fonte: elaboração própria. Trabalho de campo realizado em maio/2009

(*) três pesquisados consideram positivo, porém com ressalvas

Os depoimentos dos moradores idosos na oficina realizada em maio de 2009, ratificam os resultados antes descritos.

- quando a Barreto tomou conta das terras o pessoal era tudo analfabeto, muitos nem tinha registro. Se fosse hoje eles não tomavam a terra, ninguém saía não. Nós já temos documento e conhecemos nossos direitos;
- a Firma tirou o sossego. No tempo de Entrada não precisava de outros trabalhos, vivia da roça e da pesca;

Seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos, a segunda atividade externa observada é o reflorestamento das terras ocupadas por Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, ou por culturas exploradas pela comunidade, garantindo-lhe a sobrevivência. O espaço é, à época, usado de forma comum para reprodução dos meios de vida. Na década de 1980 a plantação de pinus em Massarandupió substitui a ocupação anterior, processo semelhante ao que ocorre em toda a costa do Litoral Norte.

Mais uma vez, nenhum morador pesquisado se posiciona favoravelmente ao reflorestamento e 67% considera que a atividade só trouxe mudanças negativas para a natureza e para a comunidade. No entanto, 21% considera indiferente e 12% não sabe ou não responde à questão (ver Tabela 1). Os moradores idosos também dão seu depoimento na oficina realizada em maio de 2009 e reforçam os resultados do levantamento.

- antes nós tínhamos a liberdade de botar roça onde queria. Tirava lenha, as mulheres que fumam cachimbo não têm mais a palha, acabou o mato todo ou então a gente não pode entrar;
- antes os moradores plantavam arroz, milho, cabaça. Hoje 80% das terras de Entre Rios é de pinus e eucalipto;
- quem tinha seu sítio vendeu;
- a água secou toda com a plantação, até os poços.

Na década de 1990, há uma intensificação das verticalidades, representadas por ações governamentais de âmbito regional, votadas para a atração de capitais internacionais vinculados às atividades imobiliárias e do turismo. É a partir desse período que ocorre a maior valorização das terras. As medidas de proteção da natureza ao serem instituídas dificultam o acesso das comunidades aos seus meios de vida, porque não têm sido pactuadas com os seus interesses e, ao mesmo tempo, valorizam economicamente o espaço.

No início da década, ainda é uma atividade relacionada ao aproveitamento da monocultura provocada pelo reflorestamento, qual seja, a tentativa de implantação de uma indústria de celulose, que se constitui em uma importante verticalidade no espaço, acompanhada de conflitos que extrapolam os interessados diretos na área de estudo. Mobiliza-se todo o Município e organizações de âmbito regional, estadual, seja de sindicatos trabalhadores, ONGs ambientalistas e pastorais da igreja, bem como a imprensa e o próprio governo que, diante do conflito e pressionado pela mobilização social, adota medidas que permitem o debate público das questões que envolvem a implantação da fábrica, com participação de diversos interessados.

A área de estudo é diretamente envolvida pois, se as funções pretendidas (reflorestamento, indústria) pelas novas estruturas (empresas reflorestadoras) e pelo governo geram um processo que atinge toda a região e mesmo o Estado, é em Massarandupió que as formas se alteram, através do desmatamento e terraplanagem de uma extensa gleba onde seria implantada a fábrica e provoca, mais uma vez o deslocamento de moradores e de seus meios de vida.

Os pesquisados se manifestam majoritariamente (51%) considerando a atividade negativa para a comunidade e para a natureza. Apenas um morador respondeu que a fábrica seria uma atividade positiva para a localidade devido aos empregos que anunciava gerar. 33% considera que seria indiferente, demonstrando desconhecimento quanto às discussões e, muitas vezes, observa-se uma aversão a tratar do tema, uma expressão de dúvida o que

pode ser explicado pelo acirrado processo que ocorreu. Os depoimentos dos moradores são esclarecedores e por isso estão relacionados a seguir.

- foi bom na hora do trabalho, agora tá ruim;
- destruiu a Mata e o morro que era uma referência, se via do mar;
- todo mundo sempre foi contra. Ia poluir a maré, acabar a pescaria;
- rolou trabalho. Se implantasse ia ter emprego.

Os idosos também se manifestam sobre as ações para implantação da fábrica, declarando que “Todo mundo foi contra. O esgoto ia para dentro da maré e o peixe ia acabar. Fizemos um abaixo assinado e um movimento”.

No início da década de 1990, outra ação regional promovida pelo Estado (estrutura) teve forte influência na vida das comunidades, desestruturando e reorganizando a produção tradicional em alguns lugares (funções), com novos fluxos de circulação e informação viabilizados pela abertura da Linha Verde, que marca, não só o meio físico (forma) com sua implantação e os novos processos que advêm daí, mas, principalmente, pelo processo irreversível de transformações que desencadeia na produção do espaço.

Os moradores de Massarandupió sentem-se beneficiados por essa ação, sendo que 87% considera que a estrada foi positiva para a comunidade, cumprindo seu papel de articulação entre os lugares, garantindo o acesso aos outras localidades do Município e a outros municípios, inclusive à Salvador; 10% fizeram ressalvas, considerando que há pontos positivos, mas também negativos. Apenas um entrevistado mostrou indiferença quanto à implantação da estrada e nenhum se posicionou considerando negativa (ver Tabela 1). Os que consideram que há “prós e contras” argumentam que, apesar do benefício do acesso, vêm para a região “pessoas de todo tipo”. Seguem os depoimentos, para melhorar a compreensão quanto à visão dos pesquisados.

- antes eram dois dias a pé, para Salvador, Entre Rios, Alagoinhas;
- pode ir onde quiser; facilitou a vida; abriu caminho para o povoado;
- possibilitou a chegada do turismo;
- aumentou o movimento e a venda de frutas e artesanato;
- teve prós e contras, veio pessoas de todo tipo;
- mudou de subsistência agrícola para comercial.

Além da inauguração da BA-099 (Linha Verde) ocorre no ano de 1992 a criação a APA do Litoral Norte, por iniciativa do Governo do Estado. As comunidades das povoações, muitas delas isoladas, vivem uma vida simples e viabilizada pelo estreito contato com a natureza de onde retiram diretamente

sua sobrevivência, como é o caso de Massarandupió. Nem poderiam imaginar as transformações que acontecem e o quanto as terras e as águas por onde andam, produzem, se relacionam e reproduzem, eram já cobiçadas e regulamentadas e valorizadas e apropriadas, de forma nem sempre legítima, para a reprodução, não mais dos seus meios de vida, mas do capital de terceiros e estrangeiros vindos de outras terras e de outros mares.

Quase vinte anos depois de criada a APA, os moradores dos lugares pouco conhecem sobre o assunto, o que leva a crer que os esforços realizados para a sua divulgação e implementação ficam aquém do necessário. Dos pesquisados 51% não responde ou não sabe sobre a existência da APA. No entanto, nenhum considera que a ação trouxe efeitos negativos para os moradores e para a natureza (ver Tabela 1). Os depoimentos relacionados a seguir buscam esclarecer os “porquês”.

- preserva a água; protege o ambiente; aumentou a consciência;
- projeto que pode ajudar; aumentou o respeito à natureza;
- bom porque se tem onde reclamar;
- positivo, mas não se cumprem as Leis. Precisa maior atuação local.

O conflito mais recente registrado na área de estudo diz respeito ao cerceamento do acesso, inicialmente pela empresa PACAB Brasil que, no ano de 2002, arremata as terras em leilão público. A empresa cerca a área que compreende ser de sua propriedade e causa o estreitamento da estrada, única via de acesso da localidade à praia e a outros espaços utilizados há mais de três décadas pelos moradores. A PACAB passa a ser representada pela *Entre Rios Villas e Resorts*, empresa portuguesa e, em 2005 os conflitos continuam, cercando-se, o brejo e a duna. A comunidade amplia o movimento, derrubam os obstáculos, para defender seu direito ao livre acesso (ver Figuras 4 e 5).



Figura 4 – Cerca impedindo acesso
Fonte: acervo AMAM 2005



Figura 5 – Movimento dos moradores
Fonte: acervo AMAM 2005

Assim como no caso da Barreto de Araújo, empresa imobiliária que, na década de 1970, provocou o deslocamento da comunidade de Entrada, esta outra empresa tenta garantir a posse dessa mesma área à revelia dos posseiros, considerados por muitos, como sendo os verdadeiros donos.

Dos pesquisados, 60% declara ter participado diretamente de todo o processo e 40% não (ver Tabela 1), alguns porque não estavam no momento, outros por medo ou por descrença. Os depoimentos se repetem, o movimento era pra “liberar o acesso”, “liberar a estrada”, “derrubar as cercas da PACAB”.

Os idosos participam da mobilização, um deles declara que “quando saiu a Barreto de Araújo e chegou essa tal de PACAB, falavam que iam derrubar as casas e proibir de pegar a palha”. Seguem alguns dos depoimentos:

- queriam fechar a estrada, o acesso à praia, mas nós não deixamos. Derrubamos as cercas e liberamos;
- a comunidade toda participou, graças a Deus. Primeiro botaram uma porteira e nós derrubamos. O vereador Paraíba ajudou, a imprensa veio. Quando ia, ia o grupo todo;
- desde o tempo da Barreto [de Araújo] botavam mourões para dificultar o acesso e a gente já lutava;
- a firma da praia me deu um prejuízo danado. Tirou a roça de mandioca que eu botei, dizendo que as terras eram deles.

Observa-se que o movimento envolve a maior parte dos moradores, que conseguem divulgar o conflito nos jornais de âmbito estadual. Os moradores sentem-se vitoriosos por conquistarem, através de ação na justiça, a garantia da estrada e do acesso aos lugares. Conseguem tornar a estrada um bem de utilidade pública, o que institui um direito legítimo.

No entanto, os diretores da AMAM entrevistados acham que ainda podem ter problemas relativos ao cerceamento do acesso, pois não conhecem os projetos dos empresários que pretendem investir nas terras, embora o grupo espanhol Matutes, vinculado ao grupo *Fiesta* já tenha declarado que pretende implantar projeto turístico e imobiliário próximo à praia.

2.1 Sobre o Futuro Desejado pelos Moradores

Os pesquisados foram estimulados a se manifestarem quanto ao motivo pelo qual vivem lá e o que é mais significativo para eles em Massarandupió. Os mais idosos valorizam o estilo de vida do lugar.

- em primeiro lugar meu amor por aqui porque eu nasci e me criei aqui. A praia dá o alimento pra nós do lugar; a pescaria é o mais importante pra mim;

- minha família. A praia; o lugar é gostoso de viver, é sossegado;
- adoro a região. A paisagem, a paz a tranquilidade. Por enquanto não tem violência ainda, não sei daqui pra frente;

Para os jovens, os elementos da natureza são os mais citados, embora a tranquilidade do lugar tenha sido enfatizada. Comparam Massarandupió com povoados próximos que vivenciam violência e “desordem”, drogas e falta de oportunidade para os jovens, apesar dos investimentos no turismo.

Sobre o que pensam e o que desejam para o futuro daquele espaço, embora existam diferenças e mesmo conflitos de interesses, há uma identidade⁴ quanto às questões mais essenciais o que se verifica a partir da síntese dos depoimentos ocorridos tanto quando da aplicação dos formulários, quanto nas Oficinas de trabalho realizadas.

Manter a tranquilidade e a paz do lugar com maior movimento, crescer, mas continuar com o sossego está presente na fala de todos os que opinam.

- manter o estilo de vida; o lugar é gostoso de viver, é tranquilo;
- desenvolvimento sem perder a tranquilidade, incluindo as pessoas;
- progredir sem virar cidade. Turismo comunitário;
- que não acabe o sossego e a tranquilidade, a essência.

Sobre os meios de vida e as atividades produtivas que garantem o sustento das famílias, o desejo é de fortalecimento e expansão do artesanato; melhoraria da pesca com embarcações e cooperação; resgate da cultura e do samba de roda. Os jovens mostram desencanto quanto às possibilidades das atividades tradicionais se desenvolverem, mas também registram insatisfação com os trabalhos que vêm ocorrendo com o turismo.

- capacitação de jovens para melhores trabalhos, hoje só treinam para camareira, limpeza e outros serviços;
- poucos se envolvem com as atividades tradicionais. Antes a gente fazia roça, ia para a casa de farinha com os pais, hoje ninguém quer mais. Não tem mais onde plantar, não tem mais terra;
- a pescaria a gente queria, mas não dá rendimento;
- o artesanato é que se desenvolveu, mas as mulheres que fazem.

Tão recorrente quanto ao desejo de manter a tranquilidade do lugar, está o de melhoria da infra-estrutura e dos espaços públicos, o que demonstra a necessidade de maior atenção do poder público. Demandam: saúde; saneamento; educação ampliada; estrada pavimentada; melhoria das praças;

⁴ “[...] patrimônio herdado do passado, porém, sobretudo, uma organização social na busca do desenvolvimento.” (DEMATTEIS *apud* SAQUET, 2007, p.153). “[...] significa, além de pertencimento a um certo lugar, o resultado do processo [...], com elementos de continuidade estabilidade, unidade e diferencialidade.” (DEMATTEIS e GOVERNA *apud* SAQUET, 2007, p.152). “A identidade é um estímulo à ação coletiva [...]” (GOVERNA e DENSERO, 2003 *apud* SAQUET, 2007, p.152).

água encanada; casas populares e que o governo “olhe mais”. Sobre o meio ambiente os depoimentos foram relativos à conservação das dunas e da piaçava. Alguns se referiram à expectativa com a criação do parque ecológico e da reserva extrativista, propostos pela AMAM e em tramite no governo.

A segurança na terra é outra questão, quanto ao desejo de futuro, que aparece em vários depoimentos e nas Oficinas de trabalho como questão fundamental. Um morador declara que o mais importante é “libertar cada quem com suas áreas”, o que evidencia a insatisfação com os conflitos fundiários verificados, principalmente nas décadas de 1970 e de 2000, como visto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstra que a ocupação da área de estudo se processou vinculada e subordinada a interesses externos (verticalidades), através de estratégias articuladas entre os interesses privados e os do Estado, inserida na totalidade da região costeira do Litoral Norte da Bahia e na problemática da ocupação do litoral brasileiro. À medida que as verticalidades se implantam localmente, por estruturas exógenas, as horizontalidades se rearticulam e se manifestam. Esses processos agregam novas funções à sociedade e novas formas espaciais se configuram, seja através das formas físicas que são introduzidas e, conseqüentemente, passam a fazer parte da área, seja através da circulação de idéias e da mudança do domínio da terra, que induzem à transformação no modo de vida, na locomoção e na organização da sociedade.

É na década de 1970 que as dinâmicas verticais (estruturas externas) passam interferir mais significativamente na transformação dos subespaços e são estas que provocam rupturas e reorganização das dinâmicas horizontais (estruturas internas), a partir das novas formas e funções que se agregam ao processo de produção do espaço na área de estudo. Diversos conflitos são observados e analisados. Destacam-se a seguir, os mais recorrentes e que têm uma maior abrangência na produção do espaço geográfico.

- Deslocamento forçado da Comunidade que ocupa a beira mar, na década de 1970, área mais cobiçada e valorizada pelo capital imobiliário (interesses especulativos), que privatiza e contribui para a “desnaturalização da natureza”, em conformidade com a argumentação de Morais (1994); Santos (2000), e Limonad (2004). Pequenos proprietários e posseiros são

obrigadas a morarem distante dos “instrumentos de produção” (a terra e a natureza) ou mesmo perdem o acesso a eles. Essa dinâmica conta com o aval do governo, que conduz o leilão das terras litorâneas.

- Desestruturação do modo de vida tradicional e da identidade cultural, provocada pela atividade agroindustrial vinculada às indústrias do centro-sul do país e multinacionais, que se implantam na área, na década de 1980. Mais uma vez, pequenos e médios proprietários, além de posseiros, são induzidos a venderem suas terras ou as tem subtraídas por firmas reflorestadoras. Tornam-se empregados destas firmas, trabalho que absorve pouca mão-de-obra e por muito pouco tempo. Esse processo de ruptura conta, também, com o aval do Governo, através de incentivos fiscais para o reflorestamento.
- Perda de biodiversidade dos ecossistemas e degradação da paisagem, com a retirada da vegetação nativa para o reflorestamento e terraplenagem visando à implantação de fábrica de celulose, na década de 1990. Além da comunidade de artesãs ficar prejudicada com dificuldade de acesso à piaçava (matéria-prima) ocorre a redução do potencial hídrico para o abastecimento da localidade e para a manutenção dos rios, lagos e áreas úmidas em geral, que compõem a natureza do lugar. Assim, espécies animais migram, a vegetação, diversa e abundante, é inteiramente suprimida, transformando a paisagem em uma monótona seqüência de árvores iguais e exóticas.
- Cerceamento do livre acesso aos ambientes naturais por firmas nacionais e internacionais que adquirem a área costeira de Massarandupió e tentam cercá-la impedindo a circulação, tentando fechar a via de servidão de acesso à praia, utilizada pelos moradores e visitantes. Várias ações são empreendidas no sentido de demarcar a área entre os anos de 2002 e 2006.

As dinâmicas horizontais se manifestam a partir das ações e reações a esses processos por parte da sociedade local, em defesa dos seus interesses, conforme prevê Santos (1996). Porém muito pouco é o poder de influência da Comunidade, embora existam diversos Fóruns instituídos para ampliar a participação. Mesmo fazendo parte da problemática em sua totalidade, neste subespaço as dinâmicas ganham “cores” diferentes, a partir da história socioeconômica, cultural, institucional e de resistência, além da particularidade dos elementos da natureza aí encontrados. Por isso considera-se importante a observação da visão dos moradores.

Fica comprovado que Massarandupió não é uma comunidade em extinção, ao contrário do que muitos acreditam e afirmam. Os diversos depoimentos, verificados na pesquisa de campo, demonstram a presença de uma identidade desse povo com sua cultura e com seu modo de vida. Isso aparece tanto quando respostas sobre o que os faz viver ali, como quando são estimulados a falarem sobre o futuro que desejam para a área.

Verifica-se que a Comunidade tem uma forte expectativa por melhorar as condições em que vive, quando se refere às demandas básicas como: garantia da posse da terra onde vivem e fim das ameaças constantes de expropriação e cerceamento da livre circulação; infra-estrutura e renda a partir do resgate da pesca, fortalecimento da produção do artesanato e da agricultura familiar.

Desejam, também, especialmente os mais jovens, trabalho nos empreendimentos turísticos implantados em áreas próximas, cuja inclusão social, a partir de empregos para a população da região, é o argumento mais utilizado, e que justifica [segundo os empresários e setores governamentais] qualquer outro impacto negativo que se possa elencar. Os jovens relatam é que os empregos são poucos e mal remunerados, declaram que querem desenvolvimento, mas não querem perder a tranquilidade, a paz, a vida em comunidade com as solidariedades construídas. Acredita-se, portanto, na possibilidade da produção do espaço de forma diferenciada, considerando, conservando e potencializando as particularidades de cada lugar.

Compreende-se que, no processo de globalização em uma economia de mercado, propostas que valorizem a hegemonia das lógicas horizontais, parecem contraditórias. Trata-se, portanto, de uma ruptura com o processo histórico vivenciado, onde as dinâmicas verticais têm dominado e transformado os espaços em mercadorias imobiliárias. Não se pode negar essa realidade regional ou deixar de se relacionar com ela, porém, diversas experiências em que as comunidades são protagonistas principais e influentes do seu desenvolvimento, têm sido vivenciadas em localidades brasileiras e favorecem os laços de solidariedade e cooperativismo social, promovendo fortalecimento da auto-estima da Comunidade, melhoria de qualidade de vida, inclusão social.

Apesar da grande incerteza quanto ao futuro dessa área, avalia-se como relevante o fato da comunidade – moradores antigos e “amigos”, ou seja, ONGs ambientalistas, e outros – ter ampliado sua mobilização e organização

para defender seus interesses, o que fica evidenciado na fundação da AMAM e da ADAM; nas mobilizações ocorridas contra a implantação da fábrica de celulose e para a defesa do livre acesso aos ambientes naturais; no ato da AMAM recorrer a instâncias do poder judiciário para garantir este direito de acesso, e ao Governo Federal para a criação de Reserva Natural e a participação em fóruns colegiados que envolvem outras comunidades.

Esses fatos, que ilustram o processo de resistência à exclusão, apontam para a possibilidade de transformações no modelo de produção do espaço, no sentido do protagonismo, se não da hegemonia, das horizontalidades, em processos construídos por suas próprias estruturas, onde as formas e funções resultantes contribuam para a afirmação e reconstrução das identidades historicamente construídas.

REFERÊNCIAS

AMAM, Associação dos Moradores e Amigos de Massarandupió. **A Vila de Massarandupió**. Relatório. Entre Rios/BA, s/data (mimeo).

BAHIA. Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia. Companhia de Desenvolvimento Urbano. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (APA LN)**. Salvador, 1995. Não publicado.

LIMONAD, Ester. Questões ambientais contemporâneas, uma contribuição ao debate. *IN: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e em Ordenamento Territorial e Ambiental Universidade Federal Fluminense (UFF)*. Rio de Janeiro/RJ, 2004. **Anais eletrônicos...** Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/.pdf. Acesso em: 01 jun. 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **A Natureza do Espaço**. 4a ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.